



A América Latina na encruzilhada do tempo presente

Latin America at the crossroads of the present day

Muniz Ferreira*

 <https://orcid.org/0000-0002-1506-6307>

Introdução

Durante séculos, os países da América Latina pautaram suas relações pela desconfiança recíproca, distanciamentos e rivalidades. Apesar de compartilhar um passado de dominação colonial e um presente de subordinação econômica e política no sistema internacional, quase nenhum passo foi dado em direção à convergência e à cooperação. Ao invés, a condição comum de economias periféricas e estados dotados de recursos limitados de poder no sistema internacional concorreu para fazer destes países pouco mais que marionetes nas disputas das potências mundiais pelo controle das riquezas da região.

Desde meados do século XIX, certas sociedades latino-americanas depararam-se com duas alternativas de inserção na economia internacional: uma baseada em um modelo liberal conservador, de inserção dependente, sob a forma de economias agroexportadoras, e outra de busca de maior autonomia econômica, através de uma industrialização substitutiva de importações. A vigência do primeiro modelo correspondeu à fase de predomínio das atividades primário-exportadoras, executado, essencialmente, em benefício das oligarquias agrárias. Sua implementação implicava subvencionar as atividades primárias e valorizar os artigos agropecuários através de uma política estatal de subsídios à exportação, isenção de impostos e controle sobre o comércio exterior. Além disso, sua sobrevivência exigia certas formas de intervenção extraeconômica do Estado, que garantisse monopólio da propriedade da terra por parte das elites agrárias e reprimisse, com maior ou menor autoritarismo, as dissidências internas.

Seu corolário institucional era um poder, a um só tempo, paternalista e autoritário, fisiológico e providencial, descentralizado e aglutinador. Essa *república* oligárquica, liberal e fortemente conservadora não passaria incólume pelo forte abalado sofrido pelo capitalismo em 1929 nem

* Historiador. Doutor em História Econômica. Professor titular de História Contemporânea do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (UFRRJ, Seropédica, Brasil). Rodovia BR-465, UFRRJ, Seropédica, Rio de Janeiro, CEP.: 23897000. E-mail: ferreiramuniz8@gmail.com.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

pela inflexão conhecida pelo núcleo dominante do sistema após esse episódio¹². Este acontecimento, combinado a fatores de natureza interna contribuiria para a aceleração do processo de urbanização e formação de indústrias, o qual – em alguns casos *precozes*, como Brasil, Argentina, Uruguai, México e Chile – já se iniciara anteriormente.

O simples aparecimento da indústria enquanto atividade econômica pontual e subordinada em um cenário econômico-social dominado pela dinâmica agroexportadora não representou em si mesmo uma ameaça à reprodução da ordem oligárquica. Não obstante o impulso dinâmico representado pela formação do proletariado urbano e pelo desenvolvimento das lutas de classes na cidade e no campo, as transformações sociopolíticas de caráter progressistas eram travadas pelo predomínio de uma burguesia retardatária, gerada e reproduzida nos poros de um estado de coisas neocolonial. Seria necessário que alguns processos históricos objetivos intervissem para que amadurecessem as condições de diversificação econômica, no âmbito do modelo agrário exportador, completando a integração periférica das antigas sociedades coloniais latino-americanas à divisão capitalista internacional do trabalho – integração essa que o capitalismo agrário iniciou no século XIX e não concluiu.

A industrialização substitutiva de importações

Foi com o advento sucessivo da primeira e da segunda guerras mundiais que os processos de modernização urbano-industriais adquiriram maior densidade e organicidade na América Latina. Contando com temporalidades, métodos e elementos propulsores diferenciados nos países que vivenciaram tais experiências, em boa parte dos casos, estes processos tiveram como corolários tentativas de integração das massas à política e ao mercado consumidor através de mobilizações controladas *de cima*, o chamado *populismo político latino-americano*.

Wilson do Nascimento Barbosa (1995), em ensaio acerca da industrialização da América Latina, elencava alguns dos principais fatores que teriam contribuído para o desenrolar do mencionado processo:

- (i) deterioração da capacidade de ganho das exportações, em toda a região; (ii) diminuição consequente da capacidade importadora; (iii) um certo grau de industrialização, fomentado pelas duas situações anteriores; e (iv) um dado nível de substituição de importações, com a transferência de renda das produções primário-exportadoras, para o consumo e investimentos internos (BARBOSA, 1995, página 478).

Porém, a efetivação de tal possibilidade demandava uma dupla intervenção: no plano essencialmente econômico, o direcionamento de uma grande massa de recursos para o programa de substituição de importações, o quê pressupunha a secundarização real, no âmbito da política econômica, do subsídio às atividades primário-exportadoras. Na esfera política, tratava-se de dotar o Estado da legitimidade necessária, assim como dos mecanismos institucionais de ação política, à confirmação da orientação industrializante em detrimento dos interesses das oligarquias agrárias. Tarefa esta cumprida, em nível institucional, através da ampliação das fun-

¹ Pertence a Ciro Cardoso e Héctor Pérez Brignoli (1983) a afirmação de que o período situado entre a crise de 29 e os anos imediatamente posterior ao final da Segunda Guerra Mundial assinala o fracasso do *laissez faire* e a ampliação do intervencionismo estatal.

² Pertence a Ciro Cardoso e Héctor Pérez Brignoli (1983) a afirmação de que o período situado entre a crise de 29 e os anos imediatamente posteriores ao final da Segunda Grande Guerra assinala o fracasso do *laissez faire* e a ampliação do intervencionismo estatal.

ções e do incremento da capacidade de intervenção do Estado, que se tornou claramente centralizador. Do ponto de vista da dimensão política, verificou-se uma nova reforma do Estado (a exemplo da que ocorrera quando da ruptura com a ordem colonial e da formação dos Estados nacionais independentes), introduzindo na sua estrutura agências econômicas de fomento à atividade industrial e abrindo o passo para uma representação mais ampla dos interesses burgueses no seu interior.

Privilegiando o mercado interno como *locus* da reprodução do capital, esse Estado-demiurgo, de corte *nacional-populista*, se oferecia à história como o agente fundamental do processo de modernização conservadora na região. Autor de uma *revolução sem revolução*, o bloco de fragmentos, frações e resíduos de classes que empalmou o poder fez do Estado nacional uma espécie de **Janus Multifacético** que se apresentou em distintos momentos e diante de diferentes atores sociais com aspectos variados: ora como uma versão periférica e tardia do bonapartismo, ora como uma caricatura do socialismo, ora como uma variante do fascismo...

Porém, além dos fatores anteriormente mencionados, o pós-Segunda Guerra Mundial registrou também o reagrupamento do pólo de poder central na nova ordem internacional em processo de cristalização. Sob a hegemonia norte-americana e acossado pela ameaça anti-sistêmica representada pelo robustecimento da URSS e seus novos aliados, o ocidente iniciou uma autêntica cruzada em defesa da propriedade capitalista e do livre-mercado, contestados em diferentes quadrantes do planeta no período pós-bélico.

Se às economias capitalistas *maduras* da Europa Ocidental e Ásia fora permitida a adoção de procedimentos *heterodoxos* para a superação da crise dos anos 30 e a reconstrução econômica da segunda metade dos anos 40, como planejamento e controle estatal de setores fundamentais da economia, às economias retardatárias da América Latina foi imposta a ferro e fogo a amarga receita do ajuste *liberal ortodoxo*.

Enquanto a década de 1930 fora a década de Keynes nas economias setentrionais e do *keynesianismo sem Keynes* nas economias meridionais em vias de industrialização, o último lustro dos anos 1940 é a época de Hayek e suas propostas sobre como evitar a *servidão do Estado* em proveito da liberdade irrestrita do mercado. Nesse contexto, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o GATT³ e o Banco Mundial são expressões institucionais do *Zeitgeist* daquele período. Foi assim que o sistema financeiro internacional recém-criado e o órgão de regulação multilateral do comércio (GATT), ao recomendarem o desmonte dos mecanismos estatais de fomento à industrialização substitutiva das importações, iriam concorrer para o reavivamento da nostalgia primário-exportadora no subcontinente latino-americano.

Não obstante, a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no âmbito das Nações Unidas em 1948 acrescentou um novo componente ao debate econômico. Os enfoques cepalinos procuravam indicar as vias futuras de continuidade do esforço modernizador (agora entendido como *processo desenvolvimentista*) nas condições da economia internacional de então. Como toda formulação rica e original, seus desdobramentos gerariam duas vertentes distintas: uma, produto da apropriação de alguns de seus aspectos por autores de formação ortodoxa, contribuiria para a galvanização do *nacional desenvolvimentismo*; outra; resultado da assimilação de algumas de suas noções por intelectuais de formação marxista, ins-

³ General Agreement on Tariffs and Trade.

piraria a teoria da dependência. E seria justamente o *nacional-desenvolvimentismo*, concebido como a via ideal para a realização da ideia do desenvolvimento na dependência, ou seja, crescimento industrial na brecha do sistema de divisão capitalista internacional do trabalho, que forneceria o suporte programático à continuação dos processos de industrialização nas economias latino-americanas no período *pós-populista*.

Tal fórmula de industrialização – que representava um compromisso entre o nacional-populismo, autônomo e endógeno, e o *laissez-faire* neoclássico – cristalizava-se na nova onda de crescimento econômico conhecido por países como o Brasil, a Colômbia e a Venezuela nos anos 50, 60 e 70: aprofundamento da industrialização com base no tripé capital estatal, capital privado nacional e capital estrangeiro; industrialização e urbanização sem ruptura do monopólio da terra pelas antigas oligarquias fundiárias; ampliação limitada do mercado interior sem reversão da violenta exploração do trabalho pelo capital.

Essa segunda onda de modernização conservadora, cujo dinamismo chegou a gerar, em alguns casos, a ocorrência mesmo de milagres de desenvolvimento econômico, conheceu seu fim na sequência de crise de endividamento externo deflagrada no início dos anos 80, nos países do subcontinente latino-americano. Sem embargo, é imperativo enfatizar que tais modelos de aprofundamento e intensificação do capitalismo, ao experimentarem suas crises terminais na virada dos anos 1970 para a década de 1980, legaram um pesado endividamento externo, aprofundamento da dependência internacional e agravamento inquestionável das desigualdades sociais.

Reestruturação produtiva e atualização da subalternização

Como sinalizado anteriormente, a passagem dos anos 70 para os anos 80 assistiu à interrupção dos programas de modernização dos países latino-americanos, até então impulsionados por um desenvolvimento industrial baseado na implantação de políticas de substituição de importações. Essa modalidade particular de esforço de superação do atraso e do subdesenvolvimento caracterizava de forma indelével a fisionomia econômico-social da maior parte dos países da América Latina nas quatro décadas anteriores. No entanto, o advento da recessão internacional, deflagrada pela elevação dos preços do petróleo em 1978, interrompeu o fluxo das duas principais fontes de recursos econômicos empregadas naquele processo: o financiamento externo, via investimentos diretos e endividamento junto ao sistema financeiro internacional, e a intervenção estatal, via endividamentos interno e externo.

O declínio da eficácia destas fórmulas de crescimento econômico e integração subordinada à dinâmica dos processos de acumulação do capital em escala global ensejou o advento de um ciclo de governos neoliberais, responsáveis por um novo período de modernização desnacionalizadora e excludente, agora sob as condições de vigência de regimes políticos de caráter representativo-liberal na virtual totalidade dos países da região.

Com a transição para o poder civil sob hegemonia conservadora na política e crescentemente liberalizante na economia, acentuaram-se as tendências à intensificação das interações econômicas e comerciais intrarregionais. A ascensão de grandes blocos econômicos em diferentes quadrantes do planeta funcionou como impulso fundamental para a elaboração de propostas e projetos de integração econômica também na América do Sul. A substituição dos antigos programas desenvolvimentistas – substancialmente apoiados na regulação, planejamento e

investimento estatais – pelos novos modelos de organização da economia centrados no protagonismo das empresas privadas, no *livre comércio* e na associação subordinada definiria o perfil destes projetos de integração.

Destarte, ao invés da concepção e tentativa de coordenação comum de programas de desenvolvimento, como indicado nas antigas propostas da CEPAL, prevaleceu a glorificação da livre iniciativa. Em lugar da inclusão de dispositivos que contemplassem uma correlação entre o crescimento das atividades econômicas e a elevação dos indicadores sociais, tivemos a ênfase exclusiva na melhoria qualitativa do *ambiente de negócios*. Foi concedida prioridade definitiva à associação entre capitais de distinta procedência, visando otimizar as condições para o aproveitamento das oportunidades de associação, em lugar da implementação de programas de fortalecimento da autossuficiência e reforço da soberania nacional. Na mais abrangente e ambiciosa de todas estas iniciativas, o altissonante nome Mercosul encobriu o limitado projeto de uma simples área de livre comércio.

Em tal contexto, a efetivação das chamadas reformas neoliberais nas economias dos países latino-americanos teve como resultados:

- a) O abandono dos projetos desenvolvimentistas de modernização econômica e tecnológica característicos dos anos 40-70, anteriormente mencionados.
- b) O sucateamento e desmonte de boa parte da capacidade industrial instalada durante aqueles anos.
- c) O aprofundamento da dependência econômica em relação aos centros dinâmicos da economia mundial através da ampliação do endividamento, da defasagem tecnológica e da descapitalização provocada pelo pagamento dos juros das dívidas interna e externa, bem como da depreciação dos termos de troca de seus produtos no mercado internacional.
- d) A preservação e, em certos casos, o retorno a uma condição primário-exportadora em processo de superação nas décadas anteriores, com todas as suas implicações adversas.
- e) O aprofundamento das assimetrias provocadas pelas altas taxas de desocupação provocadas pela reestruturação produtiva e a flexibilização das relações laborais.
- f) A intensificação da concentração fundiária e das ameaças ao meio ambiente geradas pela expansão indiscriminada do agronegócio em algumas regiões.
- g) A minimização das políticas sociais e sucateamento dos serviços públicos.

Lutas de resistência, convulsões político-sociais, governos progressistas e políticas compensatórias

Num dado momento, as preocupações da superpotência hegemônica com seu programa de reorganização geopolítica do globo conduziram a uma hipertrofia de suas atenções com o Oriente Próximo, provocando, como corolário, um relativo *esquecimento* da América Latina. Tal indiferença foi possibilitada pela reafirmação das relações históricas de subordinação dos países do subcontinente aos EUA e pelo refluxo dos processos revolucionários insurrecionais na América Central: a interrupção da revolução nicaraguense nos anos 90, o aprofundamento do isolamento de Cuba e a adesão quase unânime dos governos do subcontinente ao chamado *Consenso de Washington*.

Em um momento subsequente, tivemos o aprofundamento da crise econômico-social provocada pelo estabelecimento de reformas neoliberais. Tal fato, associado à ausência de Washington na região e sua indiferença com as dificuldades experimentadas pelos países da área (crise

argentina), conduziu à corrosão das bases do *Consenso de Washington*. Com isto, processou-se também o esvaziamento da liderança política e diplomática estadunidense, sobretudo na América do Sul, criando as condições para o advento de um ciclo, sob certos aspectos, pós-neoliberal.

Considerar a constelação de experiências pós-neoliberais que então tiveram lugar no subcontinente latino-americano, requer a compreensão do caráter de cada alternativa governamental à luz dos condicionamentos histórico-sociais que os engendraram. Desvinculados de qualquer tentação à mimetização de sistemas anteriormente existentes, cada um dos governos participantes deste ciclo teve nas circunstâncias que geraram seu aparecimento, nas demandas de suas forças políticas e sociais propulsoras e na criatividade de seus líderes os substitutos dos modelos do passado.

Alguns governos aqui considerados estabeleceram-se quando suas sociedades se encontravam no limiar do colapso econômico e social e da conflagração civil, no contexto de levantes de massas e choques armados entre forças, as repressivas e os movimentos populares. O caráter explosivo destas circunstâncias pode ser um fator útil para a compreensão da natureza das iniciativas e das retóricas de seus dirigentes quando à frente dos referidos estados.

Outros assumiram para fazer frente a um quadro de estagnação econômica prolongada e deterioração do tecido social responsáveis pelo rebaixamento de seus padrões históricos de estabilidade econômica e bem-estar social, tendo na reversão de tal quadro o ponto forte de sua agenda.

No caso do Chile, tratou-se de uma administração que ascendeu impulsionada por expectativas de compatibilização de um relativo equilíbrio econômico com um comprometimento mais forte com as reivindicações sociais. Compromisso este não concretizado satisfatoriamente pelo governo antecessor do mesmo partido e aparentemente também cumprido pela senhora Bachelet, como se pode deduzir do desânimo demonstrado pelas classes populares em relação à candidatura do nome indicado pela ex-presidente à corrida sucessória⁴.

No que concerne ao processo brasileiro, as duas eleições de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff podem ser associadas à manifestação de amplos setores das classes subalternas no sentido da contenção e do início da reversão das políticas de devastação social, aplicadas pelas classes dirigentes e elites políticas brasileiras desde o durante o período dos governos militares e o *tucanato* neoliberal. Conquanto sua agenda econômica tenha se notabilizado pela conservação dos principais componentes estruturais da orientação macroeconômica dos dois governos FHC, a acomodação de um amplo contingente dos setores mais miseráveis da população sob o cobertor de seus programas assistenciais acabou representando o principal diferenciador das administrações petistas em relação às quase quatro décadas de administrações ditatoriais, conservadoras e neoliberais que as antecederam.

As situações nicaraguense e salvadorenha foram marcadas pela ascensão ao poder, pelo voto, de formações políticas outrora revolucionárias em um novo cenário político, distante da conflagração político-social pretérita, porém aparentemente saturada da orientação liberal conservadora adotada pelos governos anteriores. No caso singular de El Salvador, a Frente Fara-

⁴ Por sinal, também um ex-presidente democrata-cristão, Eduardo Frei.

bundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), antiga coalizão guerrilheira, chegou ao governo após mais de uma década de enfrentamentos armados, seguida de acordos que garantiram sua integração pacífica no sistema político-partidário do país, culminando com seu triunfo em uma eleição, na qual, se apresentou com uma faceta bem mais moderada do que nos primórdios de sua atividade. Não obstante o peso simbólico de sua formação histórica somado ao relacionamento peculiar que manteve ao longo do tempo com as classes populares de El Salvador, as expectativas de um direcionamento político alternativo aos padrões neoliberais e conservadores foram apenas parcialmente correspondidas.

Porém, as forças que operam em função das modificações econômicas e sociais a partir de posições já ocupadas nos governos da América Latina não tiveram diante de si um *céu de brigadeiro*. O controle secular do aparato estatal por parte das classes dirigentes tradicionais através das elites políticas conservadoras e liberais tem cobrado, e ainda cobrará, um elevado preço. Esta afirmação tem a ver com a vigência de concepções elitistas, antipopulares, autoritárias e racistas profundamente enraizadas na mentalidade e na cultura institucional de amplos setores da oficialidade militar, do corpo jurídico e das altas esferas do Poder Judiciário. Mas também se refere aos óbices institucionais que muitas vezes delimitam as prerrogativas do Poder Executivo diante de questões cruciais que envolvem temas delicados e sensíveis como os da reforma agrária, do *status* das empresas estrangeiras e dos direitos sociais.

Toda vez que tais questões são trazidas para o centro do debate sobre as mudanças econômicas e sociais efetivas a serem empreendidas pelos novos mandatários (as) latino-americanos/as, desencadeia-se uma encarniçada guerra de posições. No curso de tais embates, cada parágrafo constitucional converte-se em uma trincheira de luta; cada iniciativa legislativa, uma batalha; cada posicionamento frente a uma reivindicação dos movimentos sociais, uma crise anunciada. Tais circunstâncias simplesmente confirmam aquilo que não poderia faltar a nenhum prognóstico realista acerca das perspectivas destes governos, a inevitabilidade da abertura de uma fase de fortes contradições entre a agenda de mudanças progressistas destes e a inevitável resistência dos grupos econômicos e classes sociais historicamente privilegiados no seio destas sociedades.

Essas situações agravam-se quando as propostas de um reformismo forte por parte de algumas administrações são embaraçadas pela privação de maiorias parlamentares capazes de impulsionar as reformas mais importantes pela via institucional. Foi com este drama que se depararam governos como os do Equador (Correa), do Paraguai (Lugo), do Brasil (Rousseff) e da Bolívia (Morales). Mesmo quando contaram com sólido apoio nas casas legislativas, como nos casos do Chile (Michele Bachelet) e do Uruguai (Tabaré Vasquez), a heterogeneidade da composição do Executivo e de sua base de apoio parlamentar, que incluíam forças políticas moderadas e liberais, funcionaram como freios às iniciativas governamentais mais ousadas na implementação de uma agenda social. Explicam-se assim os casos nos quais alguns deles (nomeadamente Bolívia, Equador e Venezuela) optaram investir na execução de seus programas de reforma contornando as limitações da institucionalidade político-representativa preexistente através da substituição desta por novos mecanismos de democracia plebiscitária e profundas reformas constitucionais. A réplica das forças reacionárias em aliança com o imperialismo, não os poupou do permanente assédio, do golpe de estado e das ações permanentes de desestabilização, através da utilização de dispositivos jurídicos, vastos recursos publicitários e do manejo dos meios de comunicação.

Contraofensiva imperialista, guerras híbridas e operações de mudança de regime (*regime change*⁵)

O golpe hondurenho de 2009, associado à reocupação militar do Haiti pelos Estados Unidos na sequência do terremoto de janeiro de 2010, e a escalada da presença militar norte-americana na Colômbia sinalizaram o recrudescimento dos esforços estadunidenses para reassumir a condição de potência hegemônica e incontestável na América Latina, em franca aliança com as classes dirigentes locais. No decurso da década iniciada em 2010, testemunhou-se a destituição do presidente Lugo do Paraguai em 2012; o impedimento de Dilma Rousseff no Brasil em 2016 e a derrubada do Governo de Evo Morales na Bolívia em 2020. Além disto, ocorreram intentonas golpistas, ações de guerra econômica e operações permanentes de desestabilização contra o governo de Nicolas Maduro na Venezuela.

Contudo, para além do empreendimento até às últimas consequências das operações de *regime change*, através do *lawfare*⁶ e da versão latino-americana das *revoluções coloridas*⁷ – das quais o caso brasileiro é o mais eloquente –, a contraofensiva das forças reacionárias e neoliberais também se concretizou através dos processos eleitorais tradicionais. Tivemos, destarte, as vitórias de Sebastián Piñera no Chile em 2010 e 2018 e Mauricio Macri na Argentina em 2014. A eleição de Bolsonaro no Brasil possuiu a particularidade distintiva de legitimar eleitoralmente um golpe midiático e institucional, que – em 2016, como já foi dito – combinara os métodos da *revolução colorida* e da *lawfare*, tendo esta última se estendido até o pleito presidencial de 2018, contribuindo decisivamente para o triunfo do ex-capitão do exército naquela disputa. Outra peculiaridade do caso brasileiro está no fato de que o candidato vencedor nas últimas eleições representou não apenas a ascensão ao comando do estado brasileiro de correntes políticas comprometidas integralmente com uma agenda econômica e social fortemente regressiva, mas também a consagração pelo voto de sujeitos políticos de extrema direita, abertamente hostis aos mais elementares avanços civilizatórios e, pela primeira vez desde o encerramento do último ciclo de governos militares na região, defensores confessos das autocracias castrenses do passado recente.

Um outro caso pitoresco, embora não inteiramente inusitado, é o transformismo de Lenin Moreno no Equador. Vice-presidente do reformista pós-neoliberal Rafael Correa entre 2007 e 2013, indicado por este como o seu sucessor, uma vez à frente da presidência da república, para a qual se elegera em 2016, abandonou as políticas compensatórias de seu antecessor e empreendeu a via das políticas de austeridade de extração neoliberal. Em franco desalinhamento com a orientação econômica social que vinha sendo seguida desde 2007, reintroduziu a política de corte de gastos públicos, abertura comercial, reforma trabalhista *flexibilizadora* (na verdade, destruidora de direitos) e subordinação ao Fundo Monetário Internacional. Como resultado, o país voltou a ser cenário de revoltas e sublevações sociais protagonizadas, com especial destaque, pelas populações originárias, incluindo aqui uma gestão catastrófica no curso da pandemia do coronavírus. Confirmando e reafirmando a inflexão liberal-conservadora

⁵ Ações abertas ou dissimuladas praticadas pelos governos dos Estados Unidos visando substituir governos considerados real ou potencialmente hostis aos interesses estadunidenses, por outros que lhes sejam favoráveis.

⁶ Em português: guerra jurídica. Emprego de manobras jurídico-legais visando alcançar objetivos nas disputas políticas.

⁷ Mobilização de forças políticas de oposição, voltadas para a derrubada de governos considerados antiestadunidenses e sua substituição por governos favoráveis aos EUA e/ou seus aliados.

na governança econômica e social do país, verificou-se a vitória, nas eleições presidenciais de 2021, do banqueiro neoliberal Guillermo Lasso, cuja administração amplia e aprofunda a orientação de Moreno.

Retomada das lutas populares e novo ciclo de governos *progressistas*

A década de 2020 testemunha a ocorrência de mais um *round* no conflito regional entre as forças da coalizão liberal-conservadora e pró-imperialista e o campo progressista, popular e revolucionário. Atestando mais uma vez que a história não sendo linear tampouco interrompe definitivamente o seu devir, mobilizações massivas, tendo em seu núcleo um sólido componente proletário, juvenil e periférico tem sido capaz, até aqui, de impor importantes revezes à reação e ao neoliberalismo, alcançando, em um número limitado de casos, alguns avanços expressivos.

No Chile, as mobilizações populares mais espetaculares verificadas no Cone Sul nas duas últimas décadas lograram não somente deter as políticas econômica e socialmente predatórias de Piñera, mas iniciar uma revisão progressista da devastação ultraliberal legada pela ditadura militar pinochetista. Para cristalizar política e institucionalmente estas realizações, foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte livre, soberana, democrática e com consistente representação popular. Além disto, no pleito presidencial de março de 2022, foi eleito Gabriel Boric, jovem liderança política, egressa do movimento estudantil, que desde 2006 vem se batendo contra a completa privatização do ensino e consequente elitização do acesso à educação naquele país, derrotando o direitista José Antônio Kast, neoliberal e nostálgico do pinochetismo. Seu gabinete ministerial apresenta uma fisionomia de centro-esquerda, com forte presença feminina e três ministros comunistas.

Na Bolívia, a resistência popular contra o golpe que derrubou Evo Morales em 2019 provocou o fracasso do projeto golpista, culminando com a recondução do **Movimento Al Socialismo** (MAS) ao governo pela via eleitoral, em novembro de 2021. O novo presidente Luiz Arce, eleito no primeiro turno com 55% dos votos, ao assumir o mandato, teve diante de si o desafio imediato de reverter os efeitos da devastação econômica e social gerada pelos dois anos de administração golpista. No médio prazo, trata-se de restaurar os programas de diminuição da pobreza e retomar o crescimento econômico a partir do chamado *Modelo Econômico Social, Comunitário e Produtivo da Economia*.

No Peru, o professor e sindicalista Pedro Castillo, à frente da agremiação de centro-esquerda **Peru Livre**, derrotou, com estreita margem de votos, a direitista Keiko Fujimori nas eleições presidenciais de 2021. A contestação do resultado pela candidata derrotada contribuiu para a instauração, desde o início, de uma atmosfera de desconfiança, alentadora de posições desestabilizantes e perspectivas golpistas por parte da direita peruana. Como resultado, já nos primeiros oito meses de mandato (jul. 2021-mar.2022), Castillo precisou derrotar duas tentativas de *impeachment*. Emparedado pela ação da oposição, sem contar com uma ampla legitimidade popular e na ausência de significativas mobilizações proletárias e populares de repercussão nacional, a administração Castillo já alimenta prognósticos que auguram a repetição, em linhas gerais, da trajetória do governo de Ollanta Humalla (2011-2016), eleito com uma plataforma de esquerda, mas que acabou executando um programa neoliberal.

Dentro do repertório de novas situações políticas vivenciadas na América Latina, adquire particular destaque o processo colombiano. Bastião, durante décadas, do predomínio oligárquico sobre o estado e do paramilitarismo, base privilegiada de operações de forças militares e serviços de inteligência estadunidenses e israelenses na América Meridional, o país se vê, pela primeira vez em sua história, diante da possibilidade de eleição de um governo protagonizado por forças de esquerda. Grande vencedor das eleições parlamentares colombianas de março/2022, o **Pacto Histórico** disputará as eleições presidenciais de maio de 2022, com uma chapa composta por um ex-guerrilheiro (Gustavo Pedro) e uma mulher negra formada na luta antirracista (Francia Márquez). Se este fato, por si só, nos apresenta uma Colômbia varrida pelos ventos do desejo de renovação, a sobrevivência política dos partidos Liberal e Conservador, conjuntamente responsáveis pela maioria esmagadora dos assentos nas duas casas parlamentares colombianas, as fortes conexões das forças armadas com o dispositivo militar estadunidense na região e o enraizamento do paramilitarismo nas estruturas profundas do estado constituem contrapontos extremamente importantes.

Além disto, mais do que qualquer outro país sul-americano, a Colômbia tem a sua história marcada pelo uso expresso e permanente do braço armado do estado como elemento regulador das confrontações políticas e sociais. Sede das guerrilhas mais antigas em operação continuada no conjunto do continente e do exército melhor equipado e experimentado em combates de toda a sub-região, as projeções sobre o futuro político do país precisam incluir inquietantes interrogações: uma eventual vitória da coalizão de esquerda será respeitada por suas classes dominantes? E, em caso afirmativo, terá a crescente mobilização popular força suficiente para respaldar uma administração progressista, detendo o braço repressivo e assassino da cúpula militar e do paramilitarismo? E ainda uma pergunta decisiva: terá a desmobilização militar das FARC-EP, verificada como consequência dos acordos firmados com o governo colombiano em 2016, contribuído para deslegitimar a escalada repressiva contra os movimentos sindical e popular ou, inversamente, terá facilitado a desencadeamento da sanha homicida do braço armado das classes dirigentes colombianas contra os lutadores sociais daquele país?

Outro componente relevante da resistência à ofensiva das forças conservadoras e neoliberais na América Latina de nossos dias é representado pela sobrevivência das experiências cubana e venezuelana. O caso cubano, muito mais longo, emblemático e impactante oferece a sinalização de que o enorme poderio conjugado das classes dirigentes latino-americanas com o imperialismo não é, todavia, ilimitado. Processos de mudança sociopolíticas fortemente alicerçados na expressão da vontade popular podem persistir mesmo diante das maiores privações e adversidades. A situação venezuelana – ainda que profundamente atravessada por contradições, limitações e dilemas – também integra a tipologia das experiências de resistência. A resiliência dos governos bolivarianos de Chávez e Maduro diante da hostilidade descontrolada de suas classes dirigentes e da agressividade permanente do poder imperial depõe contra a infalibilidade das operações de guerra híbrida⁸ e das *revoluções coloridas*.

Para além das diferenças indicadas, lideranças político-partidárias e líderes sociais comprometidos com as experiências dos governos pós-neoliberais da América Latina contemporânea compartilham algumas percepções comuns. A mais elementar de todas diz respeito à existência de um déficit estrutural de soberania em relação à potência hegemônica em toda a região,

⁸ Estratégia militar que combina e alterna, ações de guerra convencional, guerra irregular e ciberguerra, com atos de desinformação e contrainformação, lawfare e intervenção externa, visando se assenhorar do poder, prevenir ou derrubar governos adversos.

os Estados Unidos. Porém, a originalidade do momento atual vivido pela América Latina consiste em que, mais uma vez, forças políticas consideradas progressistas, formadas no seio das esquerdas e apoiadas por movimentos sociais importantes participam simultaneamente de coalizões de governo em um conjunto significativo de países, incluindo a quase totalidade dos estados mais relevantes da região. Esta novidade histórica pode representar mais uma tentativa de quebra do monopólio do exercício do poder por parte dos círculos oligárquicos e pelas classes dirigentes burguesas organicamente vinculadas ao grande capital internacional nestas sociedades.

Estes movimentos conjunturais se verificam sobre o pano de fundo de um cenário internacional caracterizado por transformações substantivas, que se caracterizam pela continuação do processo de corrosão gradativa da hegemonia exercida pelos Estados Unidos e seus aliados no cenário internacional, tanto no terreno econômico, quanto sob os aspectos político, diplomático e militar. Em contrapartida deste enfraquecimento relativo transcorrem fenômenos paralelos, como a ascensão da China na economia internacional e seu ingresso definitivo na disputa pelos mercados latino-americanos. Nos terrenos econômico, diplomático e estratégico, a gradual solidificação de uma convergência euroasiática, aproximando China-Rússia e Índia, delinea a possibilidade de configuração de um bloco de poder alternativo ao das potências capitalistas ocidentais. A má notícia para nós é que, seguramente, tais transformações históricas jamais serão vivenciadas passivamente pela potência imperial, que recorrerá a todos meios a seu dispor para impedir ou retardar o ocaso de sua hegemonia.

Conclusão: balanço provisório e perspectivas hipotéticas

À luz dos elementos liminarmente indicados até aqui, entendo que as condições necessárias para que o novo momento criado pela ascensão das lideranças e movimentos políticos e sociais progressistas e/ou pós neoliberais na cena governamental latino-americana não se converta em uma simples *onda* são as seguintes: a) incorporar efetiva e permanentemente as massas na política através do aperfeiçoamento dos mecanismos de representação capazes de propiciar o alargamento das instâncias de participação popular e viabilizar o monitoramento do governo pelos cidadãos e a sociedade civil organizada; b) fazer avançar o processo de mudanças econômicas e sociais de forma consistente, refletindo o estágio efetivo de mobilização social e correlação de forças políticas existentes em cada momento e lugar; c) promover a superação gradual e efetiva dos aspectos, instituições e relações responsáveis pelas situações de exclusão política, concentração de poder econômico e *déficit* de soberania nacional.

É necessário, sobretudo, que tais governos, em suas escolhas políticas, diplomáticas e econômicas, considerem os reclamos e necessidades dos povos que os escolheram e diante dos quais comparecerão inexoravelmente para o ajuste de contas ao final dos seus ciclos de permanência à frente dos respectivos estados nacionais.

Ademais, é indispensável aos setores políticos e sociais comprometidos com os processos de mudanças e transformações, avaliar com objetividade a dinâmica da correlação de forças da política e da economia internacionais de modo a tirar proveito das oportunidades geradas pelos deslocamentos, realinhamentos e novas configurações na distribuição do poder internacional em benefício dos interesses das massas trabalhadores e dos setores populares. A este respeito, cabe também acrescentar a relevância que as articulações internacionais dos processos

de resistência e/ou transformação possuem para as forças progressistas e revolucionárias da região.

Tendo em conta seu posicionamento economicamente periférico, política e estrategicamente subalterno no cenário internacional, o sucesso dos avanços a serem concretizados no subcontinente não subsistirão, senão sobre a base de processos de convergência, integração e cooperação multifacetados, ultrapassando a dimensão meramente econômica-comercial e para além da lógica metabólica do grande capital. Em outras palavras, a dimensão **internacionalista** da solução dos graves problemas regionais adquire, mais do que nunca, uma atualidade incontornável.

Referências

BARBOSA, Wilson do Nascimento. "A economia da América Latina depois da Segunda Guerra Mundial". In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Segunda Guerra Mundial: um balanço Histórico**. São Paulo: Xamã; EDUSP, 1995.

CARDOSO, Ciro F. S.; BRIGNOLI, Héctor Perez. **História Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Fontes consultadas

ALBERTONE, Baptiste; CORREA, Anne-Dominique. A instituição que inventou a América Latina. **Le Monde Diplomatic**, Edição 175 | América Latina, 1 fev. 2022. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-instituicao-que-inventou-a-america-latina/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

AMÉRICA Latina não é o "quintal de alguém", diz chanceler chinês. **Brasil de Fato**, São Paulo, 7 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/07/america-latina-nao-e-o-quintal-de-alguem-diz-chanceler-chines>. Acesso em: 5 abr. 2022.

CORTE concede extraditar a expresidente hondurense a EE.UU. **TeleSurTV.net**, [S.l.], 17 mar. 2022. Disponível em: <https://telesurtv.net/news/honduras-corte-concede-extradicion-expresidente-hernandez-20220317-0001.html>. Acesso em: 05/04/2022.

COTRIM, Livia. Industrialização e bonapartismo – o ideário de Getúlio Vargas (Livia Cotrim), **Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, v. 25, ano 14, n. 2, nov./2019. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/501/401>. Acesso em: 5 abr. 2022.

DORADO, Fernando. Colômbia: possível giro à esquerda. **Outras Palavras**, São Paulo, 30 mar. 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/colombia-possivel-giro-a-esquerda/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

GÓMEZ, Santiago. Argentina: Cristina Kirchner romperá com Alberto Fernández por acordo com FMI?. **Brasil de Fato**, São Paulo, 22 mar. 2022. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/22/artigo-argentina-cristina-kirchner-rompera-com-alberto-fernandez-por-acordo-com-fmi>. Acesso em: 5 abr. 2022.

MARIN, Pedro. O que a OTAN faz na América Latina. **Ópera Revista Independente**, [S.l.], 31 mar. 2022. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2022/03/31/o-que-a-otan-faz-na-america-latina/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

MELLO, Michele. Após reunião com delegação de Biden, Maduro decide retomar Diálogo Nacional com oposição. **Brasil de Fato**, São Paulo, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/apos-reuniao-com-delegacao-de-biden-maduro-decide-retomar-dialogo-nacional-com-oposicao> . Acesso em: 5 abr. 2022.

MELLO, Michele. Presidente do Equador veta parcialmente projeto que regula aborto em casos de estupro”; **Brasil de Fato**, São Paulo, 16 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/16/presidente-do-equador-veta-parcialmente-projeto-que-regula-aborto-em-casos-de-estupro>. Acesso em: 5 abr. 2022.

MELLO, Michele. Em referendo, Uruguai decide manter reformas liberais de Lacalle Pou. **Brasil de Fato**, São Paulo, 28 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/28/em-referendo-uruguai-decide-manter-reformas-liberais-de-lacalle-pou>. Acesso em: 5 abr. 2022.

MELLO, Michele. Presidente do Peru derrota segunda tentativa de impeachment em 8 meses de gestão. **Brasil de Fato**, São Paulo, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/29/presidente-do-peru-derrota-segunda-tentativa-de-impeachment-em-8-meses-de-gestao>. Acesso em: 5 abr. 2022.

PERIODISTAS protestan en México por asesinatos de compañeros”; **People’s World**, by Prensa Latina, 27 jan. 2022. Disponível em: <https://www.peoplesworld.org/article/periodistas-protestan-en-mexico-por-asesinatos-de-companeros/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

SWEENEY, Steve. Boric de Chile incluye a comunistas en gabinete de mayoría femenina. **People’s World**, Nova Iorque, 25, jan., 2022. Disponível em: <https://www.peoplesworld.org/article/boric-de-chile-incluye-a-comunistas-en-gabinete-de-mayoria-femenina/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

Muniz FERREIRA

Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense (1987). Mestrado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1992). Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é professor titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História, com ênfase em Relações Internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: ditadura militar, movimento comunista, extrema direita e relações internacionais.
